



Governo do Estado de Mato Grosso
SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA ENTRE O CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DE MATO GROSSO E A COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO ANO DE 2020.

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de junho, do ano de Dois Mil e Vinte, às 09h00min, tele presencial, realizada através do Aplicativo Zoom, onde estiveram presentes o presidente do Conselho Estadual de Cultura Allan Kardec Pinto Acosta Benitez, o Coordenador da Comissão Intergestores Bipartite José Paulo Traven, os Conselheiros titulares (as) Cinthia de Miranda Mattos, Alessandra Keiko Galvão Okamura Ames, Leticia Auxiliadora Figueiredo Oliveira, Mariana Miranda Maximo, Maria do Socorro de Souza Araujo, Janderson Perin dos Santos, Daniel Coutinho, Vidal de Alencar, Elenir Antunes de Mendonça, Eva Souza e Silva, Priscila Cristina Fernandes, Rogerio Rizzo, e respectivos Conselheiros suplentes, Wesley de Brito Gonçalves, Icaro Alexander Antunes de Mendonça, Jandeivid Moura, Maria Sebastiana Miranda, José Antônio Pinheiro da Silva, e os Membros da Comissão Intergestores Bipartite, Cinthia de Miranda Mattos, Alessandra Keiko Galvao, Maria Sebastiana Miranda, Ealine da Silva Santos, Eldo Fernando Cardoso, Carolina Modtkowski, Waldineia Ribeiro de Almeida, José Adriano de Souza, Odemar Mendes de Souza, Andyra Maria P. Piovesan, Rosa Dilma da Silva, e os suplentes, Matia Aparecida Rodrigues Cireia, Luciwaldo Pires de Ávila, Maciel da Silva Freitas, Daniel Coutinho e a Sra. Secretária Executiva do Conselho Flávia Manuela Teixeira. Verificado o quórum observou-se o mínimo estabelecido no Art. 35, parágrafo 4º do Regimento Interno do Conselho Estadual de Cultura. Ato continuo o Presidente do Conselho e Secretário de Cultura, Esporte e Lazer Allan Kardec, deu abertura a reunião saudando a todos os presentes, salientando que devido a reunião ser tele presencial e o tempo curto para a realização da reunião, a leitura das respectivas Atas das reuniões anteriores serão dispensadas, e que as atas foram encaminhadas anteriormente ao e-mail de cada um sendo possível a manifestação pelo e-mail, na oportunidade explicou que ainda não colocaria ainda as atas para aprovação para aguardar que o quórum estivesse completo, salientou que debaterão os pontos da Lei Aldir Blanc frisando que até o momento a Lei ainda não estava sancionada, e que aguarda o Decreto para a regulamentação, apresentou ao Conselho e a Comissão o Superintendente de Políticas Culturais Jandeivid Moura e destacou que o superintendente e a Assessora Cinthia juntamente com o Adjunto Paulo Traven estarão explicando a respeito da Lei e estarão a disposição para sanar quaisquer duvidas, frisou sobre os valores que será destinado a Mato Grosso, e consecutivamente a distribuição aos municípios, salienta a preocupação com municípios que não tem o sistema regularizado, e que o recurso venha vir a cair na fonte 100, e que estão estudando formas dos artistas não perderem com isso destacando que é recurso que deve ser aplicado com eficaz e transparência, para que esse recurso chegue realmente aos fazedores de Cultura, passando a palavra para o Secretário Adjunto de Cultura e Coordenador da CIB Paulo Traven, que saudou a todos os presentes, ressaltou a respeito da Lei Aldir Blanc e que a equipe esta se preparando para auxiliar os artistas e o municípios de Mato Grosso, através de grupos de trabalho com outros Secretários de Estados e que estão aguardando a sanção e o decreto regulamentador, mas que estão atentos a todas as novidades que estão surgindo acerca da lei. Passou a falar do item 02 da pauta, que se tratava dos informes gerais, ressaltou sobre o Festival Cultura em Casa que foi executado como forma de auxilio financeiro para este momento de pandemia e que os



Governo do Estado de Mato Grosso
SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

contratos executados já começaram a ser pagos, na oportunidade salientou que passará a palavra para a Conselheira Chintia Mattos explanar sobre a Lei Aldir Blanc. Com a palavra a Conselheira e Assessora especial Chintia Mattos saudou a todos os presentes, iniciou sua fala explicando o momento desafiador em que estão enfrentando, e que esse recurso chegou de forma inesperada, falou sobre o estudo da operacionalização do recurso tanto no estado quanto aos municípios, explanou sobre o auxílio e sua abrangência, explicou que desde que a Lei passou pelo Congresso, estão a todo momento em comunicação em vários grupos de trabalhos, inclusive com Secretários de todos os estados, pois as dificuldades são semelhantes no que tange a operacionalização do recurso, entre eles cadastro e distribuição, e que hoje a discussão dentro do Fórum Nacional de Secretários é justamente sobre o valor que virá para o estado e o que virá para o município, frisou que espera que haja uma regulamentação nacional, e que seja possível de um acompanhamento de uma regulamentação estadual, salientou ainda que os municípios que já possui o Fundo será mais fácil de utilizar o recurso, e que essa é uma preocupação dos municípios, explicou que ainda tem muitas dúvidas pois o momento ainda é de construção, e falou do prazo de execução do recurso após cair na conta e dentro desse prazo existem vários processos a serem feitos. O Coordenador da CIB Paulo Traven pediu que a Conselheira explicasse sobre algumas questões como as tendências, para onde as discussões nacionais estão caminhando, tais como cadastros e outros. A Conselheira Cinthia, explicou sobre o cadastro e o repasse e frisou a dificuldade nesse sentido, salientou que muito possível precisarão de um Banco como, por exemplo, a Caixa Econômica para um cruzamento de informações de dados, e que sobre o cadastro possivelmente criarão uma plataforma e que poderá ser a Plataforma + Brasil, e que será muito bom se o cadastro seja Nacional, pois isso facilitará, contudo se não for possível será feito um cadastro estadual. Explicou ainda o que estão pensando na divisão do que será feito pelo estado e pelos municípios, para que cada um possua autonomia. O coordenador abriu a palavra. O membro José Adriano, salientou que Juína já esta tomando algumas medidas, mesmo que não sirva como cadastro, frisou que é importante a distinção do que ser feito entre estado e município, e que pessoas físicas precisam ficar na responsabilidade do estado, e que a plataforma nacional seria muito bom, frisou que em Juína muitos já receberam o auxílio federal. O membro Daniel Coutinho, perguntou se existe uma previa ou estimativa do valor que será destinado a cada município. A Conselheira Cinthia explicou que os valores estão no site da Confederação dos Municípios, mas que encaminhará no grupo, e frisou que os repasses serão para pessoa física, espaço cultural e edital, destacou que as ações do estado não chocarão com as ações dos municípios. A membra Maria do Socorro, perguntou o prazo dos recursos chegarem até o município e frisou que muitos artistas receberam o auxílio federal e questionou se poderão receber o auxílio da Lei Aldir Blanc. A membra Cinthia respondeu que ainda não se tem a resposta de fato quando o recurso estará disponível, e que a orientação da lei é de quem já recebeu o auxílio não receba o auxílio da lei, salientou a importância do Conselho Estadual e dos Conselhos municipais no acompanhamento da execução do recurso, e que os municípios que ainda não possuir seu Conselho deverá criar um Conselho Gestor. O membro José Adriano, ressaltou a preocupação do repasse no período eleitoral. A Conselheira Cinthia salientou a importância da regulamentação federal e a regulamentação estadual, pois se trata de um auxílio emergencial, que não havia previsões, e acredita que nessas



Governo do Estado de Mato Grosso
SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

regulamentações deve dar parâmetros ao município execute as ações. O conselheiro José Antônio, ressaltou a importância dos editais serem criados para a realidade de Mato Grosso, e que todos que participarão das suas criações se capacite aos detalhes e exigências. O membro José Adriano perguntou se os artistas poderão receber o auxílio municipal e estadual. A Conselheira Cinthia explicou que por isso é muito importante à distinção da competência estadual e municipal. O coordenador Paulo Traven, frisou a importância da construções de editais simplificados, para que os artistas que já receberam o auxílio emergencial possa estar participando. O membro Adriano ressaltou o receio da prestação de contas junto ao TCE. A Conselheira Maria do Socorro à questão sobre a operacionalização do recurso. A conselheira Cinthia voltou a falar do cuidado e a preocupação, mas que estão esperando a sanção e as regulamentações para estarem construindo de fato o processo de operacionalização. O Conselheiro José Antônio, perguntou se a SECEL tem a base de quantos municípios possuem o Fundo, e ressaltou a importância do Conselho estar orientando os municípios que tiverem dificuldade. Frisou ainda que como representante da AMM, gostaria de deixar como sugestão que o recurso que não for aplicado a tempo por algum município que teve dificuldade na sua execução, e que terá que devolver o valor para a SECEL, que este valor que for voltar fosse necessariamente destinado em algum percentual de ações para este município que sofreu a devolução, visto há visível dificuldades de alguns municípios. O coordenador Paulo Traven salientou sobre os municípios com o CPF da Cultura, estão acerca de 40 municípios em diferentes níveis. O Superintendente de Políticas Culturais salientou que já estão fazendo um levantamento e aproximação dos municípios, e pede o apoio e colaboração da CIB dentro dos municípios. O Conselheiro Vidal perguntou se formaram grupos de trabalhos para discutir as diretrizes da lei. O coordenador Paulo Traven, salientou que esta aguardando o avanço da lei no cenário nacional para estar trazendo para mais próximo. O Coordenador Paulo Traven, retoma o item 01 da pauta e coloca as atas das reuniões anteriores em votação. Em votação, aprovada. A Conselheira Cinthia frisou a importância no cuidado de repasses de informação nesse momento. A Conselheira Priscilla questionou sobre o processo de execução, e salientou o prazo de 60 dias e o choque com o período eleitoral. O coordenador Paulo Traven, salientou que ainda não se pode falar com certeza desse processo, mas que acredita que o desfecho será positivo. A Conselheira Cinthia salientou a importância do acesso do site da Confederação Nacional dos Municípios, pois contem muita informação. O Conselheiro Vidal, salientou a necessidade de se prorrogar o prazo do mandato dos conselheiros. A Conselheira Cinthia, explica que o mandato irá até 2021, e não vê como relevância essa discussão por agora. O Presidente do Conselho e Secretario de Estado de Cultura finaliza reunião, parabenizando a todos pela participação e que serão agendadas novas reuniões. Nada mais tendo a ser tratado, foi encerrada a sessão, eu Flávia Manuela Teixeira, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, segue assinada.

Conselheiros e Membros da CIB:

Allan Kardec Pinto Acosta Benitez _____

José Paulo da Mota Traven _____



Governo do Estado de Mato Grosso
SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

Cinthia de Miranda Mattos _____

Lecticia Auxiliadora F. Oliveira _____

Mariana Miranda Máximo _____

Maria do Socorro de Souza Araujo _____

Janderson Perin dos Santos _____

Daniel Coutinho _____

Eva Souza e Silva _____

Priscila Cristina Fernandes _____

Elenir Antunes de Mendonça _____

Vidal de Alencar _____

Fernanda Quixabeira Machado _____

Wesley de Brito Gonçalves _____

Icaro Antunes de Mendonça _____

Rogério Rizzo _____

Jose Antonio P. da Silva _____

Alessandra Keiko _____

Maria Sebastiana Mirada _____

Elaine da Silva Santos _____

Eldo Fernando Cardoso _____

Carolina Modtkowski _____

Waldineia Ribeiro _____

José Adriano de Souza _____

Odemar Mendes de Souza _____

Andyra Maria P. Piovesan _____

Rosa Dilma da Silva _____

Maria Aparecida R. Cireia _____



Governo do Estado de Mato Grosso
SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

Luciwaldo P. de Avila _____

Maciel da Silva Freitas _____